

História Ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: As ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX - XX)

*Environmental History of the Agreste of Pernambuco:
Human actions on the natural environment in accordance with the
indigenous memories and the academic studies (XIX - XX
centuries)*

Edmundo Monte¹

Resumo: O adensamento populacional no interior da antiga capitania de Pernambuco acentuou-se na segunda metade do século XVII. A Coroa portuguesa incentivou a colonização dos “Sertões”, doando sesmarias para os criadores de gado e outros agentes do litoral instalar fazendas na região, culminando em uma série de conflitos e extermínio de indígenas. O artigo aborda as mudanças ocorridas no ambiente natural do atual Agreste pernambucano, como consequência das ações humanas na região, sobretudo entre os séculos XIX e XX, para atender os ideais de progresso da nação. As memórias dos índios Xukuru, em diálogo com os estudos acadêmicos de diferentes campos subsidiaram nossas análises.

Abstract: The population density inside the old captaincy of Pernambuco became more pronounced in the second half of the seventeenth century. The Portuguese metropolis encouraged the colonization of the "Sertões" by donating land grants for farmers and other agents from the coast to install farms at the region, culminating with a lot of conflicts and extermination of indigenous peoples. The article discusses the changes in the natural environment of the current "Agreste" of Pernambuco, as a consequence of human activities in the region, especially between the nineteenth and twentieth centuries, to meet the ideals of the nation's progress. To the elaboration of the article we analysed the memories of the Xukuru indians in dialogue with a variety of academic

¹ Mestre em História do Norte e Nordeste (UFPE) e Especialista em Ensino de História (UFRPE). Leciona nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (UFAC). Idealizador e editor do site “Índios no Nordeste” <<http://www.indiosnonordeste.com.br>>. E-mail: edmundomonte@hotmail.com

Palavras-chave: História Ambiental, Agreste, índios Xukuru do Ororubá.

studies.

Keywords: Environmental History, Agreste, Xukuru indians.

O processo de colonização nos “Sertões” nordestinos

[...] o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas².

A sintética e marcante descrição da mesorregião de transição entre a Zona da Mata e o Sertão nordestino já demonstra algumas das peculiaridades dos estudos históricos e geográficos legados pelo professor e pesquisador Manuel Correia de Andrade. A clareza e a singularidade na escrita e as múltiplas viagens realizadas durante suas pesquisas de campo ao longo de toda a Região Nordeste, foram fundamentais para a publicação, em 1963, da 1ª edição do livro *A terra e o homem no Nordeste*³. Um referencial praticamente obrigatório para estudantes e pesquisadores de diferentes áreas de atuação, cuja diversidade temática abordada em seus estudos abrange desde a questão agrária e fundiária na região, a pesquisas no campo da saúde coletiva. Somam-se, entre outros temas, os estudos nas áreas de História Indígena e História Ambiental no Nordeste. Não poderia deixar de prestar – mesmo com certo atraso – essa singela homenagem ao autor pelo cinquentenário (1963-2013) da clássica obra, à qual fui “apresentado” em 1998, no início do curso de Licenciatura em História (UFRPE). Desde então, o livro é companhia fiel nas salas de aula, nos estudos e nas pesquisas acadêmicas.

² ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 44.

³ Segundo palavras do próprio autor no Prefácio à 5ª edição – publicada na época do governo de José Sarney –, o livro “foi escrito nos anos 1961-62”, num período de muitos debates sobre a problemática agrária no Brasil e “se clamava pela realização de reformas de base, das quais a mais importante era a Reforma Agrária.” ANDRADE, M. C. de, op. cit., p. 19. O ano de publicação da primeira edição (1963) é marcado também pela criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Grosso modo, a partir daí “foram garantidos aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados”. Cf. DABAT, C. R. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. UFPE, 2007. p. 23.

Apesar do adensamento populacional no Agreste ter se intensificado em meados do século XVII, com a expulsão dos holandeses da Capitania de Pernambuco e da importância desta região desde épocas coloniais como veremos ao longo do texto, ainda são poucos os estudos históricos específicos sobre o Agreste. Neste sentido, prevalece uma infinidade de pesquisas em torno das condições de trabalho, relações de poder e sociabilidades na Zona da Mata pernambucana.

Ao pensarmos em algumas características históricas e socioambientais que influenciaram na mudança da paisagem natural do Agreste ao longo dos séculos, destacamos que a região serviu como rota de ligação dos rebanhos que partiam do litoral rumo às fazendas de gado instaladas no Sertão⁴. Nos séculos seguintes, em particular o XIX, com a flutuação nos preços do açúcar⁵ produzido na Zona da Mata, o ambiente agrestino destacou-se como área produtora de algodão⁶ para exportação, de café nos brejos de altitude, do próprio gado de corte e leiteiro, e de uma diversidade de culturas agrícolas. Essas últimas atendiam a demanda por gêneros alimentícios na própria região, abastecendo também outros mercados, como os da Zona da Mata e o da atual Região Metropolitana do Recife (RMR).

Na transição para o século XX, além da produção agropecuária local, com destaque para as lavouras da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE) e a

⁴ Desde fins do século XVI, um dos caminhos para se atingir o Agreste e que “[...] foi muito utilizado pelos criadores de gado” era seguindo o curso do rio Ipojuca. Citando José Antônio Gonçalves de Mello, a historiadora Bartira Barbosa aponta ainda uma rota a partir de Santo Amaro de Jaboatão, no litoral Sul do Recife, “[...] passando pelo sítio Queimados, na freguesia de Vitória de Santo Antão, até chegar ao rio Ipojuca e aí alcançar o sítio Carara”, nas imediações da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE). De lá, seguia-se para o “sítio de Tacaitó”, na atual cidade de Cabrobó, localizada no Sertão de Pernambuco. Cf. BARBOSA, B. F. **Paranambuco: herança e poder indígena no Nordeste** (séculos XVI-XVII). Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2007. p. 110-111.

⁵ A respeito da crise do açúcar em meados do século XIX, ver: ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

⁶ Sobre a cultura do algodão em Pernambuco, consultar: CÂMARA, M. A. da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros**. Lisboa: Oficina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799; ANDRADE, op., cit.

feira de gado⁷ em Caruaru/PE, ocorreu uma inversão de papéis no mundo do trabalho: se antes o homem era responsável pela produção, agora se tornou um bem de consumo. O Agreste exportava mão-de-obra sazonalmente em épocas do corte e colheita da cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas. Entre os atores sociais envolvidos nesta atividade, coexistiam indígenas e camponeses⁸, que, castigados pelos períodos de seca, migravam entre os meses de agosto e setembro para os canaviais nordestinos, permanecendo lá até meados de dezembro ou janeiro⁹.

Promovendo um diálogo entre as memórias orais dos índios Xukuru do Ororubá com os estudos temáticos acadêmicos, analisaremos os processos históricos no Agreste, com ênfase nas ações humanas que trouxeram riscos e/ou foram cruciais nas transformações ecológicas do ambiente natural agrestino, bem como as consequências socioambientais na região¹⁰. Na relação homem-ambiente¹¹, apontamos as queimadas e o desmatamento da vegetação nativa; a introdução de espécies exóticas invasoras e a degradação dos rios, como o Ipojuca – que, segundo o IBGE

⁷ A feira de gado em Caruaru permanece em atividade. Para imagens da feira e outras informações, ver: BEZERRA FILHO, R; MONTE, E. **Revista Caruaru 150 anos:** edição comemorativa ao sesquicentenário da cidade. Recife: Comunigraf, 2006.

⁸ De maneira genérica e homogênea, esses trabalhadores eram chamados de “corumbas” pelos moradores locais. Por anos, a categoria “corumba” silenciou a presença de indígenas e outros sujeitos históricos que, sazonalmente, trabalhavam nos engenhos e usinas na Zona da Mata.

⁹ Sobre migrações sazonais de “corumbas” e indígenas para a Zona da Mata Sul de Pernambuco, consultar: SUAREZ, M. T. S. de M. **Cassacos e corumbas.** São Paulo: Ática, 1977; MONTE, E. **Migrações Xukuru do Ororubá:** memórias e História (1950-1990). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2012; MONTE, E. Os Xukuru do Ororubá entre idas e vindas: analisando os percursos para o trabalho sazonal na região canavieira em Pernambuco e Alagoas. **Revista Historien**, Petrolina, v. 7, p. 149-164, 2012b.

¹⁰ Na perspectiva de uma História Ambiental do Agreste, nos apoiamos nas considerações de Worster, ao investigarmos “como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.” Cf. WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/FGV, v. 4, n. 8, p. 200, 1991.

¹¹ Também chamada de Ecologia Humana e que, de acordo com Alpina Begossi, proporciona diversas abordagens, “como a ecologia cultural, a etnobiologia, a sociobiologia, os modelos de subsistência e de transmissão cultural, e a ecologia aplicada.” Contudo, há um ponto comum entre elas: “todas apresentam uma base ecológica com forte conteúdo biológico [...] para entender a relação do homem com a natureza”. BEGOSSI, A. Ecologia Humana: um Enfoque das relações Homem-Ambiente. 1993. **Interciencia**, v. 18, n. 1, p. 18, 1993. Disponível em: <<http://www.interciencia.org.ve>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

(2008), é um dos três mais poluídos do Brasil –, para atender os ideais de modernidade e de progresso da Nação.

Além das questões climáticas salientadas por Andrade (2005), a diversidade de espécies e demais fatores que caracterizam o ecossistema¹² agrestino motivaram a pluralização do termo, sobretudo entre os pesquisadores que realizam seus trabalhos de campo percorrendo a região. Assim o fez Mário Lacerda de Melo, quando publicou o livro *Os Agrestes*¹³. Mencionando algumas peculiaridades, temos o(s) Agreste(s) das secas periódicas; das áreas subúmidas próximas aos canaviais; dos rios intermitentes e/ou perenes em certas localidades; do bioma caatinga e dos brejos de altitude com suas matas¹⁴ características.

Voltando nossos olhares para os séculos XVI e XVII, pensamos em duas categorias de habitantes no Agreste em épocas coloniais: a primeira, representada pelos indígenas, tradicionais moradores; e, do outro lado, os colonizadores, na condição de sesmeiros e invasores de terras. A chegada dos novos moradores subsidiados pela metrópole portuguesa trouxe consigo a disposição para uma série de conflitos e episódios de violências, culminando em mortes e fugas de indígenas para outros espaços nos “Sertões”¹⁵.

¹² Segundo Donald Worster, de maneira mais simples, pode-se “definir um ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não vivente (abiótico) num dado lugar”. WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 28, 2002.

¹³ MELO, M. L. de. **Os Agrestes**. Recife: SUDENE, 1980.

¹⁴ Sobre os brejos de altitude, foquemos nas análises de Aziz Ab’Sáber. Para o geógrafo, os brejos funcionam como oásis tropicais; “é sempre um enclave de tropicalidade no meio semi-árido: uma ilha de paisagens úmidas [...], com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas.” AB’SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo/USP, v. 13, n. 36, p. 17, maio/ago. 1999. (Dossiê Nordeste Seco).

¹⁵ Referimo-nos ao “Sertão” ou “Sertões” como os espaços habitados por povos nativos no interior da província, a oeste da costa litorânea. A respeito do termo “Agreste”, criado pelo povo, observamos em um estudo do final do século XVIII que a palavra era utilizada em referência ao clima “chuvoso e úmido” da Serra da Borborema. CÂMARA, op. cit., p. 25. Na geopolítica brasileira atual, a região Agreste está inserida no espaço semiárido nordestino.

Na série de sangrentos eventos patrocinados pela Coroa portuguesa contra os índios “hostis”¹⁶ e que ficaram marcados na historiografia como a “Guerra dos Bárbaros”, em 1688, por exemplo, o Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha, mandou degolar vários indígenas adultos como forma de intimidação aos demais, propagando assim o poder de fogo *d’el Rei*¹⁷. Como saldo das barbáries cometidas, parte da população indígena sobrevivente acabou sendo escravizada, servindo de mão-de-obra para os fazendeiros e criadores de gado. Outros índios, cientes das características geográficas locais tiveram que se refugiar em áreas de difícil acesso. Passaram a viver nas áreas úmidas de brejos, onde coletavam produtos das matas e se dedicavam à agricultura de subsistência:

A luta contra os índios cariris, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado. (Grifamos)¹⁸.

As malfadadas implicações a partir da presença dos colonos na região não se restringiram aos massacres contra os povos indígenas. Com as instalações das fazendas de gado nos “Sertões”, acentuaram-se as demandas por alimentos, água e ração para os rebanhos. Segundo Manuel Correia de Andrade, cada uma das propriedades rurais tinha em média extensão superior a 10.000 hectares. As fazendas se tornaram estabelecimentos “com economia própria que se autoabasteciam”. Disponham, desde os primeiros

¹⁶ Os índios habitantes no interior da província eram chamados genericamente de Tapuias. Para a Coroa, significavam índios bárbaros e hostis, um empecilho para a colonização e que deveriam ser exterminados. Sobre os povos “Tupi” e “Tapuia”, ver: POMPA, C. As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 27-44, 2001.

¹⁷ PUNTONI, P. Apontamentos para o estudo da Guerra dos Bárbaros. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; SILVA, E. (Orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 1999. p. 260-261.

¹⁸ ANDRADE, op. cit., p.153.

tempos, de culturas agrícolas de subsistência. Plantava-se milho, feijão e mandioca, aliados a oferta de “água no leito dos rios durante a estação chuvosa, ou em cacimbas neles escavadas durante as estações secas”¹⁹.

Em termos ecológicos, até meados do século XVII as paisagens no Agreste sofreram, gradativamente, mudanças na cobertura vegetal original, provocando, com certa frequência, a erosão do solo²⁰. A criação extensiva para engorda do gado se dava em paralelo as queimadas e derrubadas de espécies vegetais nativas²¹, em áreas cada vez maiores para o plantio de pasto e capim. Essas atividades proporcionavam, em menor escala, o aproveitamento dos recursos naturais para a fabricação de carvão, o uso da lenha e gravetos no preparo de alimentos, e ainda como matéria-prima para iluminação, construção de cercados e moradias. Sobre a dicotomia envolvendo a produção de alimentos e seus efeitos ecológicos, vejamos as palavras de Donald Worster:

Os homens têm extraído um conjunto extraordinariamente diverso de recursos do mundo natural, e o número e a magnitude destes estão crescendo o tempo todo. Mas o mais básico e revelador destes recursos no estudo da ecologia humana tem sido os recursos que designamos de alimento. Todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago. Além disso, é através deste processo que as pessoas tem se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta²².

Estratégias indígenas frente ao projeto colonizador: o caso dos Xukuru do Ororubá

¹⁹ Ibidem, p. 153-154.

²⁰ MONTE, op. cit., p. 24.

²¹ Das espécies abundantes na caatinga usadas na produção de lenha e carvão, destacam-se a “Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*); Jurema de Imbira (*Mimosa ophthalmocentra*); Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*) e Marmeleiro (*Croton sonderianus*).” Cf. APNE. **Projeto Madeiras**. Recife: APNE, 2006. p. 2.

²² WORSTER, 2002, op. cit., p. 27.

O índio pra ser índio tem que entrar na luta, aprender o Toré e também a Mazuca. (“Seu” Pirrila, índio Xukuru e Mestre do “Coco”)

O trecho de um “coco”²³ entoado por “Seu” Pirrila nos dimensiona aos processos históricos de lutas do povo Xukuru do Ororubá frente ao projeto colonizador, pela retomada de suas terras, continuamente invadidas desde o século XVI. A expressão sociocultural e cosmológica do Toré²⁴, com a força dos “encantados”, além de constituírem elementos de afirmação da identidade étnica desse povo, abriu os caminhos e deu forças para os Xukuru conseguirem, em 2001, a demarcação e homologação de suas terras. Tomando decisões de acordo com os próprios interesses, entre conflitos e alianças, veremos que os índios atuaram nos “palcos da história”²⁵ ao longo dos séculos na História do Brasil.

Com a densidade populacional motivada pelo avanço continuado dos criadores de gado e outros atores sociais no Agreste e no Sertão nordestino, a política civilizatória e catequizadora da metrópole portuguesa optou por aldear os índios da região. Afinal, enquanto aldeados e aliados, os índios podiam, entre outras coisas, compor as tropas militares *d’el Rei*²⁶. A política de aldeamentos deixava claro também a preocupação de incorporar a mão-de-obra indígena nos trabalhos das fazendas que, a essa altura, começavam a ocupar os brejos de altitude²⁷.

Um pesquisador apontou que a menção mais antiga sobre a presença dos índios Xukuru nos “Sertões” remonta a 1599²⁸. Habitando e se movimentando desde épocas pré-coloniais na região da Serra do Ororubá e áreas adjacentes, cerca de 10 mil indígenas vivem atualmente em 24 aldeias,

²³ Sobre a dança e a música do “coco”, consultar: <<http://www.biuvicente.com>> e <<http://vivapernambuco.com.br/index.php/itemlist/tag/indigenas>>.

²⁴ A respeito do ritual do Toré, consultar: NEVES, R. de. C. M. Identidade, ritmo e performance no Toré Xukuru. In: GRÜNEWALD, R. de. A. (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 2005. p. 129-153.

²⁵ Cf. ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²⁶ *Ibidem*, p. 71.

²⁷ Cf. SILVA, E. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2008. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2008, p.77.

²⁸ Cf. HOENTHAL, JR. W. Notes on the Shucurú indians of Serra do Ararobá, Pernambuco, Brasil. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), v. 8, p. 93-166, 1954.

distribuídas nos 27.555 hectares da terra indígena Xukuru do Ororubá, nos municípios pernambucanos de Pesqueira e Poção²⁹.



Pesqueira e Poção estão localizados na área de transição entre o Agreste e o Sertão, no semiárido pernambucano. Fonte: IBGE. Adaptações: Edmundo Monte

No interior da Capitania de Pernambuco, os Oratorianos fundaram o “Aldeamento de Ararobá”, em 1669, nas terras ocupadas pelos índios

²⁹ O Censo do IBGE 2010 apontou que 9.434 indivíduos se autodeclararam indígenas, sendo 9.335 residentes nas zonas rural e urbana de Pesqueira e outros 99 habitando no município de Poção. Esses dados são contestados pelos Xukuru. Como parâmetro, temos os números fornecidos pelo SIASI-FUNASA referentes ao mês de julho de 2010. Segundo o órgão de saúde, a população indígena cadastrada para receber atendimento em Pesqueira corresponde a 12.005 indivíduos (6025 homens e 5980 mulheres). Cf. MONTE, op. cit., 2012.

Xukuru³⁰. Por se tratar de uma área úmida de brejo, com clima ameno e boa oferta de água, uma vez que os Rios Ipanema e Ipojuca cortam a região, a concorrência de sesmeiros e criadores de gado se apropriando de terras na localidade eram constantes.

Em 1757, com a legislação do Diretório aplicada pelo Marquês de Pombal, os antigos aldeamentos foram elevados à categoria de vilas e lugares. A nova lei também determinava a expulsão dos jesuítas da colônia e o sequestro dos seus bens. A política pombalina deve ser compreendida numa conjuntura internacional, em torno de disputas territoriais nas terras baixas da América do Sul. Visava ainda o soerguimento do Estado absolutista português, que avistava nos índios a força motriz para a exploração de insumos e produtos destinados a atender as necessidades econômicas da metrópole³¹.

A partir da nova legislação, o antigo “Aldeamento de Ararobá”, onde habitavam os Xukuru, foi extinto, dando origem a Vila de Cimbres. Estima-se que em 1774, somados os números da população das principais freguesias do Agreste pernambucano, chegava-se a um total de 14.086 habitantes. Desses, 1.140 viviam em Cimbres. Além do caráter demográfico, os dados devem ser observados e analisados enquanto elementos impactantes no(s) ecossistema(s), uma vez que motivaram significativas mudanças naquele ambiente natural, para atender desde as necessidades básicas dos habitantes locais, mas, prioritariamente, os interesses econômicos dos grandes produtores e fazendeiros criadores de gado. É importante destacarmos outro artigo do Diretório que estimulou o aumento da população não indígena nas terras do extinto aldeamento. Trata-se da legalidade e do incentivo à presença de mais colonos nas novas vilas e lugares, promovendo assim os chamados casamentos mistos. Interpretamos que tal medida objetivava moldar os costumes e tradições dos índios aos padrões e conceitos portugueses, sobre a noção de indivíduos civilizados e trabalhadores.

³⁰ Cf. SOUZA, V. F. P. e. **As Fronteiras do ser Xukuru**: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 1992, p. 33; VALLE, S. M. **A perpetuação da conquista**: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. 1992. Dissertação. (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1992, p. 30.

³¹ Cf. ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; ALMEIDA, op. cit.; MONTE, op. cit.

As agitações sociopolíticas ocorridas ao longo do século XIX, especialmente após a criação da Lei de Terras de 1850, ocasionaram uma disparidade de conflitos fundiários na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE). Nos embates para conter novas invasões e o esbulho de suas glebas (pequenos sítios), os Xukuru reelaboravam estratégias, reivindicando e salvaguardando os seus direitos enquanto moradores tradicionais da região. Um abaixo-assinado de 1885 destinado ao Presidente da Província ilustra uma das situações ocorridas no final do século. Segundo os Xukuru, a região continuava sendo invadida por posseiros, inclusive indivíduos que fugiam das secas no Sertão do Cariri:

Os abaixo assinados ocupam-se exclusivamente do trabalho da agricultura, de onde tiram meios para se manterem, mas Excelentíssimo senhor acontece, que indivíduos sem título algum, entre eles, José Alexandre Correa de Mello, que vindo dos lados do Cariri pela seca, apossou-se de um dos melhores sítios do extinto aldeamento, e ali tem fundado, por assim dizer, uma fazenda de gado, que cotidianamente destrói as lavouras dos suplicantes, que recorrendo à proteção legal, recorrendo às autoridades policiais não são atendidos, porque são desvalidos, são índios miseráveis, e como tais sujeitos a trabalharem como escravos para os ricos e poderosos! Essa é a linguagem dos tais criadores da Serra, que entendem levar os suplicantes a ferro e fogo. (Grifamos)³².

Podemos afirmar que as últimas décadas dos oitocentos se configuram num período crucial para os índios no Brasil e, em especial, para os povos indígenas habitantes no Nordeste. Grosso modo, as ações empreendidas pelo Marquês de Pombal no século anterior, acrescidas dos ideais românticos da época, resultaram numa série de debates políticos e intelectuais pautados na questão do progresso do país. Entre as discussões e

³² Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, em Pesqueira, 25 de fevereiro de 1885, para o Presidente da Província. APE, Cód. Petições, fl.18.

deliberações incididas no final do século XIX, decidiram pela extinção oficial dos aldeamentos indígenas no Brasil.

Apesar de alguns intercederem e advogarem sobre a presença indígena no controverso processo de miscigenação do povo brasileiro, o discurso imperial oficial e os documentos da época reafirmavam que os índios, àquela altura, estavam confundidos com a massa da população nacional³³. Adotando esse raciocínio, enquanto indivíduos civilizados e de “bons costumes”, deveriam trabalhar em prol do progresso do Brasil³⁴.

Nesse ponto, cabe uma observação no sentido de desconstruir os discursos e afirmações anteriores, pois, agindo e tomando decisões de acordo com as próprias necessidades e interesses, os Xukuru e os povos indígenas no Brasil permaneceram reafirmando suas identidades étnicas, como apontam os novos estudos e abordagens sobre a História Indígena no Brasil³⁵.

De maneira a oferecer subsídios contra os equívocos cometidos no século XIX sobre o tendencioso discurso de “desaparecimento” dos índios, foquemos, por exemplo, na criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910. Os Xukuru, após muito pleitearem, chegando inclusive a enviar comitivas ao Rio de Janeiro, antiga capital nacional, conseguiram, mais de três décadas depois, a instalação de um posto do órgão indigenista oficial na Serra do Ororubá. Todavia, os conflitos agrários envolvendo, de um lado, os Xukuru, e do outro, os posseiros e fazendeiros, perduraram até o início dos anos 2000.

Na teoria, o SPI foi “instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”³⁶. Mas, nas atividades cotidianas deste órgão, não era de interesse dos agentes e inspetores interferir nas disputas e conflitos por terras na região da Serra do

³³ O polêmico intelectual Sílvio Romero, ao caracterizar o povo brasileiro, afirmou que “não corresponde a uma raça determinada e única [...], é um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado”. Nesse processo, “o elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio.” Cf. ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1980. p. 120-121.

³⁴ Cf. ALMEIDA, op. cit.; SILVA, op. cit.; MONTE, op. cit.

³⁵ CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; ALMEIDA, op. cit.; SILVA, op. cit.; GRÜNEWALD, R. de A. (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Ed. Massangana, 2005; MONTE, op. cit.

³⁶ LIMA, A. C. de S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, op. cit., p. 155.

Ororubá. Na prática, a atuação do SPI se resumia ao caráter assistencialista, com distribuição de ferramentas para agricultura e alguns medicamentos, como rememorou este Xukuru:

Depois passou algum tempo, mas já tinha aquele posto [do SPI na atual Aldeia] São José. Nesses tempos já tinham feito lá em São José. O posto indígena. O primeiro chefe de posto se chamava Geraldo. Chamava 'Seu' Geraldo. Ele ainda dava um milho, dava uma enxadinha, dava uma foice, dava umas sementes pra gente plantar, e os índios vivia tudo lá. Ele sempre agradava assim. Mas pra outra coisa, não! Um remédio ele dava se o índio tivesse doente... (“Seu” Cassiano, Aldeia Cana-Brava, Pesqueira/PE, 2012). (Grifamos).

As memórias orais de “Seu” Cassiano, que em outubro de 2011 tinha 81 anos de idade, vêm somar-se às narrativas de outros/as Xukuru, para, em diálogo com os registros documentais e os estudos acadêmicos, fazermos uma breve História Ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco. Segundo Verena Alberti, a vivacidade expressada numa entrevista de História Oral “faz do homem um indivíduo único e singular [...] e, por isso dá vida as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes”³⁷.

Refletindo sobre o recorte temporal do presente artigo, com ênfase nos séculos XIX e XX, priorizamos os relatos de memórias e as vivências de índios/as idosos/as. Todavia, isso não significa indiferença em relação aos Xukuru de meia idade, pois, como se sabe, os momentos de sociabilidades em família e/ou na comunidade são responsáveis por manterem vivas as lembranças de tempos pretéritos³⁸.

Endossando a importância dos estudos sobre a memória coletiva, Pollak chama a atenção para os episódios “vividos por tabela”. Segundo o

³⁷ ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. p. 1.

³⁸ Cf. HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

pesquisador, de tanto ouvir falar a respeito de determinado acontecimento, o indivíduo ou o grupo tem a impressão de que vivenciou tudo aquilo³⁹.

“Naquela época era tudo mata!” A vegetação e o uso do solo na Serra do Ororubá e em outros espaços no Agreste

No *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*, publicado em 1863, a Serra do Ororubá, onde vivem os índios Xukuru, é descrita com magnitude: “Mais parece uma cordilheira do que uma só montanha. [...] A sua elevação é de 800 a 1000 passos e sua forma irregular.” Sobre a cobertura vegetal da região, o autor destaca a ocorrência de matas na “parte do nascente, e em outras partes capoeiras e plantações de milho, feijão, mandioca etc.” Na mesma publicação, as referências à antiga Vila de Cimbres (Pesqueira/PE) – localizada na parte alta da Serra do Ororubá e atual Aldeia Cimbres –, são variadas, enfatizando que ali vivem “descendentes dos Xicurús e Paratiós” e, pejorativamente, chamando-os de “muito preguiçosos”. Mais adiante, de maneira ambígua, o pesquisador enaltece a riqueza natural e produtiva do local, classificando-o como um dos mais importantes do “Sertão”. Diz ainda que os habitantes “mestiços” cultivam algodão e outras culturas para o abastecimento do “distrito” e que os índios vivem da caça, e pouco se dedicam à agricultura⁴⁰.

Para nós fica evidente que, ao distinguir genericamente os agricultores “mestiços” dos indígenas, no contexto histórico da segunda metade do século XIX, o autor comunga das ideias e imagens preconceituosas e oficiosas sobre a inexistência de índios “puros” na localidade⁴¹. Em contrapartida, vale ressaltar que desde a invasão das terras indígenas no século XVI por fazendeiros e com o início da antiga “Missão de Ararobá” pelos Oratorianos, que os Xukuru passaram a trabalhar

³⁹ Cf. POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro/FGV, v. 5, n. 10, p. 202, 1992.

⁴⁰ Cf. HONORATO, M. da C. *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1863. p. 36; 37; 92.

⁴¹ Aqui me refiro aos estereótipos criados sobre os índios, enquanto moradores das florestas, que vivem da caça, da pesca e da coleta de alimentos, com fenótipos “diferentes dos padrões europeus”. As autoridades, nas décadas finais do Império, argumentavam que os índios viviam dispersos e já estavam “confundidos na massa da população civilizada”. Cf. CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 145.

compulsoriamente tanto para os primeiros agentes, como para os catequizadores.

Observando a “Lista e traslado” referentes às avaliações dos dízimos dos índios da Vila de Cimbres pertencentes a “Sua Majestade Fidelíssima” no ano de 1777, foram totalizados, conforme juramento assinado: cento e quarenta e quatro mãos de milho; quatro alqueires e meio de farinha; e setecentos réis da criação de gado (os índios entregaram sete bezerros). Essa produção corresponde ao trabalho dos Xukuru em nove localidades na Serra do Ororubá e, de certa maneira, põe em cheque a versão do *Diccionario* sobre a “indisposição” dos índios para o trabalho na agricultura, de acordo com os dados da tabela abaixo:

LOCALIDADE	ÍNDIOS PRODUTORES
Sítio do Caipe	15
Sítio do Meio	03
Sítio de Santa Catarina	07
Sítio da Pedra D'água	07
Sítio das Almas	04
Sítio das Menos	01
Sítio da Boa Vista	11
Sítio da Serra	11
Sítio de Jenipapo	04
ÍNDIOS PAGADORES DE DÍZIMOS	63

Fonte: FIAM/CEHM. Livro da Criação da Vila de Cimbres: 1762-1867. Recife: FIAM-CEHM, Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985, p. 146-149. Tabela: Edmundo Monte.

Dentro dos limites geográficos de Pernambuco existe uma média de 23 brejos de altitude⁴². Essas áreas possuem clima subúmido, com solos profundos, matas características e cursos d'água que favorecem a

⁴² Cf. VASCONCELOS SOBRINHO, J. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1971.

policultura tradicional; além de apresentarem índices pluviométricos superiores aos de outros espaços do Agreste e do Sertão⁴³.

A Serra do Ororubá é um desses brejos e os Xukuru são conhecedores das características geoambientais locais desde épocas coloniais. Igualmente, os indígenas perceberam as transformações ocorridas ao longo dos séculos no ambiente natural agrestino, como a derrubada de espécies vegetais nativas e a introdução de monoculturas em extensas áreas da Serra, para atender as demandas das indústrias instaladas na cidade de Pesqueira/PE⁴⁴. Com destaque para a conhecida Fábrica Peixe, uma das maiores do país na época, que investia no segmento de doces e, a partir de 1914, também na industrialização da massa do tomate.

Boa parte dos trabalhadores dessa fábrica provinha das áreas rurais do município. Entre eles, índios Xukuru como “Seu” Gersão:⁴⁵

Ali, na [Fábrica] Peixe, eu trabalhei de tudo! Fazia massa de tomate, trabalhei fechando doce. Depois me passaram pra pintar o prédio, né? Aí eu trabalhei de pintor lá. Era assim: trabalhava dez meses lá e depois aqui [no roçado]. Saí muitas vezes daqui de madrugada a pé, pra trabalhar na Fábrica Peixe. A pé, por aí pela Serra. (Gerson Ferreira Leite, “Gersão”, Aldeia Lagoa, Pesqueira/PE, 2010).

Além dos impactos ambientais, como o desmatamento e a erosão do solo em algumas áreas de brejo decorrentes das necessidades industriais, era da Serra do Ororubá e de espaços adjacentes que se retirava o combustível para as fábricas, intuídos na queima e fumaça lançada pelas chaminés na cidade de Pesqueira/PE:

⁴³ Cf. MELO, op. cit., p. 176.

⁴⁴ Sobre a atividade industrial em Pesqueira e que “proporcionou uma hipertrofiada acumulação de capital, carreando para o município todas as mazelas sociais que um processo desse desencadeia e que terminou por ser o algoz dessa própria atividade”, consultar: CAVALCANTI, B. **No tacho, o ponto desandou**: História de Pesqueira, de 1930 a 1950. Tese (Doutorado em História), Recife: UFPE, 2005.

⁴⁵ O trabalho dos Xukuru na Fábrica Peixe foi decisivo para a formação do atual bairro “Xucurus”, no centro da cidade. Para essa e outras informações sobre a presença histórica dos indígenas nas indústrias de Pesqueira, ver o artigo: SILVA, E; MONTE, E. Índios Xukuru do Ororubá: migrações, trabalho e fronteiras entre o campo e a cidade. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 31, n.1, 2013.

Essa dependência ao combustível lenha tem custado a destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas do Ororubá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas. (Grifamos)⁴⁶.

No início da década de 1970, a cobertura florestal dos 23 brejos de altitude em Pernambuco correspondia aproximadamente a 4.850 Km² ⁴⁷. Em relação às demais localidades na Serra do Ororubá, uma situação atípica ocorria no Sítio Cana-Brava (atual Aldeia Cana-Brava), no sopé da Serra, de onde saía parcela considerável dos gêneros alimentícios necessários ao engendramento das atividades fabris na cidade. Enquanto a maioria dos índios Xukuru que trabalhavam para os “Brito” – antigos proprietários da Fábrica Peixe – e outros industriais, exerciam suas atividades nas plantações e colheita das frutas, na monocultura do tomate, ou enquanto operários nas próprias indústrias, uma parcela ínfima de indígenas, aqueles que possuíam pequenos sítios, se tornavam fornecedores das fábricas. Era o caso da família de “Seu” Agripino, 87 anos. Ele lembrou quantitativamente a produção familiar, vendida sabe-se lá por qual preço, às indústrias de Pesqueira/PE:

Eu cheguei a botar, toda semana, cem, cento e vinte milheiros de maracujá na fábrica. Pra fazer suco. Goiaba? Eu cheguei a botar três, quatro carrada, por dia. A gente botava lá na fábrica. Banana... Do suor do meu rosto, a gente botava lá tudinho. Os agricultores juntava tudinho e botava pra lá. (Agripino Rodrigues do Nascimento, Aldeia Cana-Brava, Pesqueira/PE, 2012).

⁴⁶ SETTE, Hilton. **Pesqueira**: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956, p. 89.

⁴⁷ Cf. VASCONCELOS SOBRINHO, op. cit.

No breve relato, além de nos situar sobre a variedade de árvores frutíferas constante no sítio da família, “Seu” Agripino deixou claro que a boa produção era o reflexo do empenho e esforço físico dele e de outros indígenas na agricultura. Nascido e criado na Aldeia Cana-Brava junto aos pais e irmãos, moravam em uma casa de taipa construída pelo próprio pai, utilizando matéria-prima local. Viveram nela até a época em que ergueram uma casa de farinha, onde passaram a morar e, aos poucos, produzir alimentos derivados da mandioca:

Nasci aqui. Meu pai fez a casa de taipa e depois que ele [...] derrubou, nós corremos pra uma casa de farinha. Na minha infância, meu pai num podia botar eu na escola, porque ele tinha uma fábrica. E essa fábrica só moía massa, mandioca. De tudo ele fazia nessa casa de farinha. Aí ele não me deu a escola. Eu só vivia carregando lenha num jumentinho. Era carregando lenha pra casa de farinha. (Idem).

Possuir um “jumentinho” ou um cavalo nessa região significava ganho de tempo na produção, além, como se sabe, de um meio de transporte para levar as caixas de frutas e outros produtos até o centro da cidade. Uma distância aproximada de oito quilômetros, em relevo acidentado. Eles faziam esse trajeto ao menos duas vezes por semana:

Era sessenta caixas de mandioca! Era trinta na segunda e trinta na terça. Toda a semana era esse rojão. Fora a massa, que tinha de botar de molho. Era dez, doze caixa pra botar de molho e comprar milho em todo canto do mundo pra fazer pamonha e cozinhar pra levar lá pra feira. De madrugada eu trazia o ‘jeguinho’ e botava na rua. Chegava lá, derrubava a ‘carguinha’ e voltava de novo. (Idem).

Da casa de farinha até a Feira de Pesqueira, às quartas-feiras, o pai do indígena levava suas “coisinhas pra vender: era massa, goma, farinha, beiju, xerém, tapioca. De tudo ele levava, três, quatro cargas pra lá.” (Idem). O indígena exercia ainda uma função social que, segundo o próximo relato, era de extrema importância para a subsistência de outras famílias Xukuru despossuídas de terra e que perambulavam de um lado para o outro na Serra

do Ororubá em busca de alimentos, reflexo do estado de miséria ao qual se encontravam. O pai de “Seu” Agripino empregava temporariamente alguns índios nas plantações e na casa de farinha da família. O experiente Xukuru descreveu a situação crítica desses indígenas:

Tinha muitos [índios] aí que viviam mesmo se arrastando. Que quando apareciam, eles se agoniavam pra dar de comer aos filhos e eles iam no roçado de outra pessoa. Chegava lá, arrancava um pau de macaxeira, um pau de mandioca. Aí [os capatazes] corriam e iam dizer a um superior que tinha lá pro lado da beira do rio: era o capitão Chiquito. E iam dizer a capitão Chiquito, e ele mandava dizer: ‘diga a esses caboclos que tão roubando as coisas de lá, que tão arrancando, que de noite eu vou lá [pegar eles]. Aí, os pobrezinhos com medo de morrer, corria e deixava a morada. E tem morada deles aqui ainda que nem apareceu mais ninguém. Até hoje! Até hoje tá perdido no mundo, com medo de morrer na cadeia. (Idem).

Naquela época, boa parte das moradias era de taipa e, assim como na construção das casas, a matéria-prima usada para o cozimento dos alimentos era extraída das matas: folhagens, palhas, gravetos e lenha. O consumo dessas últimas também ocorria nas casas de farinha da região. Nos períodos de estiagens na Serra do Ororubá, tempos difíceis onde os índios reinventavam estratégias para conseguirem se alimentar – mesmo que precariamente – buscando recursos nas matas e em outros espaços da Serra, aumentava-se a procura e a concorrência na colheita do cipó. Vegetal utilizado na fabricação de cestos e balaios, para serem comercializados na feira de Pesqueira⁴⁸. “Dona Lica” comentou sobre as épocas em que ajudava

⁴⁸ As feiras no Agreste são conhecidas pela diversidade de produtos comercializados. A mais famosa delas, a de Caruaru, imortalizada nas canções de Luiz Gonzaga, é Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Cf. IPHAN. **Dossiê Feira de Caruaru**. Caruaru: IPHAN/Fundação de Cultura de Caruaru, 2006. Na feira de Pesqueira, além dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como: farinha, feijão, milho, arroz, açúcar, carnes, frutas, legumes e verduras; “negociava-se também roupas, animais vivos das criações, ervas

o pai na confecção desses objetos, utilizados como fonte de renda para os indígenas:

Meu pai ia para o mato tirar cipó. Fazia balaio, caçuá, cesto... Para na quarta-feira, levar pra [feira de] Pesqueira e vender. Ele trazia o cipó pra casa e a gente era tudo mocinha nova, menina... Aí [a gente] ia raspar o cipó, pra fazer os balaio. [...] Mas tinha época que nas matas também ficava escasso o cipó. Que [era] tanta gente que tirava pra sobreviver daquilo, né? (Maria José Martins da Silva, “Dona Lica”, Aldeia São José, Pesqueira/PE, 2012).

A variação ambiental em termos de relevo na Serra do Ororubá, apresentando pedregosidade, com predomínio dos “solos das classes dos Argissolos Vermelho-Amarelos, Neossolos Litólicos e Argissolos Amarelos, além dos afloramentos de rochas”, e a cobertura vegetal “do tipo subcaducifólia e caducifólia, ocorrendo formações de transição entre floresta caducifólia e caatinga hipoxerófila em áreas de relevo mais dissecado”⁴⁹, eram exploradas pelos Xukuru na busca por alimentos.

Sobretudo as variadas espécies de tubérculos e de raízes tuberosas encontradas na região. Alguns, bastante consumidos no Nordeste e em outras regiões brasileiras, a exemplo do inhame e do cará. Em contrapartida, três deles – que os índios chamam de “pocuna” ou “mucunã”, a “carapitalha” e a “purnunça” –, grosso modo, nos pareceram ser de conhecimento limitado aos indígenas e camponeses habitantes no Agreste e no Sertão. Nos registros bibliográficos pesquisados, praticamente não conseguimos informações sobre essas espécies, no sentido de dialogar e/ou complementar os conhecimentos fornecidos pelos próprios indígenas e que são repassados tradicionalmente entre as gerações Xukuru do Ororubá⁵⁰.

medicinais e existiam as bancas de mangalhos que tinham diversos utensílios domésticos.” Cf. CAVALVANTI, op. cit., p. 26.

⁴⁹ Cf. RODRIGUES, P. C. G. et al. Ecologia dos brejos de altitude do Agreste pernambucano. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 3, p. 26-29, 2008.

⁵⁰ A exceção foi a discreta menção à “macunã” feita pelo historiador Robert Levine, ao abordar a questão da dieta dos sertanejos. Levine corroborou as informações dos Xukuru, classificando-a como uma “raiz [...] tóxica se não for cuidadosamente preparada, [mas] rica em proteína natural.” LEVINE, R. M. **A velha usina: Pernambuco na Federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 39.

Desde épocas coloniais que os modos e os usos dos recursos naturais cultivados pelos indígenas, despertam o interesse tanto de pesquisadores, como das pessoas ditas “comuns”. De acordo com Warren Dean, “em 1786, Baltasar da Silva Lisboa, um aluno brasileiro de Vandelli⁵¹, apresentou uma memória sobre ‘a filosofia natural portuguesa’ com ‘algumas reflexões’ sobre o Brasil”, recomendando o envio de naturalistas à colônia para que os mesmos aprendessem com os indígenas os modos de cultivo e uso de uma diversidade de “plantas úteis”⁵².

Os índios Cecílio, morador da Aldeia Cana-Brava, e Sebastião “Bisnado”, habitante na Aldeia Pão-de-Açúcar, deram interessantes depoimentos sobre a importância da colheita desses alimentos e o modo de preparo de um deles:

[Alguns índios] viviam de caçar aquele que se chama cará, que é o inhame do mato. Pra sobreviver... O inhame, a mucunã, a carapitalha, que o camarada arranca, rala e faz a comida dela. A mucunã, que é lavada em nove águas. Porque se errar uma lavada daquela, se errar uma, o camarada [pode] morrer. A purnunça, que até hoje tem camarada por aqui que planta. Lá pra [região da] Ribeira [do rio Ipojuca] tem um senhor que planta, porque ele já passou muita dificuldade. É um tipo de uma mandioca, que ela passa dez, quinze, vinte anos lá no chão, enquanto vai crescendo. A intenção dela é só de crescer. Dá farinha boa, dá o beiju, dá a tapioca. Só não pode comer ela quente, tem que comer fria. Porque se comer quente e beber água o camarada embebeda e pode chegar até o momento de morrer, né? (Cecílio Santana Feitosa, Aldeia Cana-Brava, Pesqueira/PE, 2012). (Grifamos).

⁵¹ O botânico Domenico Vandelli, contratado pela Universidade de Coimbra em 1764, deu início a formação de uma nova geração de naturalistas; a maioria deles brasileiros. Cf. DEAN, W. A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 5, 1991.

⁵² *Ibidem*, p. 6.

[Minha mãe] levava os filhos mais velhos e iam pra lá nas pedras, no meio do mato, pra vim com aquelas batatas pra poder ela cozinhar. [...] A minha vó fazia [também] uma erva que se chama “pocuna”. A batata dela você tem que ralar e lavar em nove águas. Se você errar uma água daquela, já vai ofender. E ela fazia isso pra nós se alimentar! (Sebastião José da Silva, “Bisnado”, Aldeia Pão-de-Açúcar, Poçã/PE, 2010). (Grifamos).

Mesmo para os Xukuru que “alugavam” sua mão-de-obra para os fazendeiros e criadores de gado em troca de modéstias quantias e/ou de um pequeno espaço de terra para plantarem roçados de subsistência, passavam apuros nos períodos de seca, disputando, literalmente, a vegetação existente com os rebanhos famintos:

Nós botava roça aqui na matinha, que se chamava matinha. Aqui detrás da minha casa. Meu pai plantava uma rocinha, botava um roçadinho de milho, de fava... Quando era o tempo que a faveira já dava pra comer, seu Rafael [fazendeiro] tacava o gado dentro. Aí nós ia apanhar aquela fava com o gado dentro [do terreno] e botar em casa. Aquele monte de fava verde, pra o gado não comer tudo, entende? Essa é a verdade, não tem outra! Às vezes dava pra passar a semana. Às vezes num dava... (Bernadete Marinho, Aldeia Cajueiro, Pesqueira/PE, 2009). (Grifamos).

A infeliz concorrência entre os índios e os rebanhos ultrapassava os limites das fazendas, como apontou Cecílio:

Chegou o tempo que a gente... Era ano de seca, que a lavoura a gente não conseguia e ia arrumando a sobrevivência no mato mesmo. Eu cheguei até a comer maracujá do mato. Desse maracujá de gado! Eu já cheguei a comer. Ele verdinho, a minha mãe apanhava um bocado assim dentro de um saco e botava no fogo pra gente comer. E, [enquanto isso], meu pai [migrava] no meio do mundo, arrumando trabalho pra gente sobreviver, né? Isso aí eu tinha uma faixa já de 10 anos.

Por aí... (Cecílio Santana Feitosa, Aldeia Cana-Brava, Pesqueira/PE, 2012). (Grifamos).

Indagamos o indígena sobre as andanças realizadas por seu pai em busca de trabalho. Cecílio relatou que o destino era a região canavieira: o “Sul”⁵³. Durante nossa pesquisa de campo e documental (incluindo um trabalho de supervisão no Censo Indígena Xukuru do Ororubá em 2010), constatamos que os Xukuru migravam em caráter temporário para outros espaços do Agreste e do Sertão à procura de emprego. As ocupações e os tipos de trabalho variavam: de operários nas construções das estradas de rodagem ou em grandes obras – como a Hidroelétrica de Paulo Afonso (BA) – trabalhando ainda na colheita do algodão.

Vale ressaltar que a cultura do algodão teve enorme impulso na economia do Nordeste desde a década de 1750. Grosso modo, o algodão era “uma cultura mais democrática que a cana-de-açúcar. Não só os grandes proprietários, utilizando mão-de-obra escrava e assalariada, cultivavam-no, como também pequenos proprietários, foreiros e moradores”⁵⁴. As condições naturais do Agreste⁵⁵ favoreciam a produção algodoeira, somando-se a vantagem de cultivá-lo junto a outras culturas, entre elas o milho, alimento tradicionalmente consumido pela população nordestina. Sendo assim, o agricultor podia “produzir em uma mesma área, com um só trabalho de preparação da terra e de limpeza das culturas, o alimento e o produto comercial”⁵⁶.

Outrossim, ao final da colheita, a chamada rama do algodoeiro e as palhas do milho serviam de ração para os rebanhos. Isso era extremamente

⁵³ O termo é usado por indígenas e camponeses do Agreste ao se referirem à Zona da Mata Sul de Pernambuco. Também chamada por geógrafos e outros profissionais de Mata úmida do Estado, onde os Xukuru trabalhavam sazonalmente nos períodos de corte e colheita da cana-de-açúcar.

⁵⁴ Cf. ANDRADE, op. cit., p. 158.

⁵⁵ Um estudo publicado em 1799 evidencia as características dos solos no interior da “Província de Paranabuco” (Pernambuco), como propícios para a cultura do algodoeiro. O pesquisador apontou que em algumas áreas no Agreste, onde o solo apresenta uma mistura de “argila e terra arenosa” em proporções quase iguais, os algodoeiros vivem de dez a doze anos. Segundo ele, nenhum país apresenta tal longevidade na produção deste gênero. Cf. CÂMARA, op. cit., p. 22.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 159.

animador para os latifundiários da região e criadores de gado, especialmente nos períodos de baixa pluviosidade.

Em meados de 1840, um novo tipo de algodão começou a ser cultivado em Pernambuco: o herbáceo, de origem norte-americana. Cabe lembrarmos que a introdução de espécies exóticas invasoras – plantas e animais – nos trópicos, remonta e se confunde com a chegada dos colonizadores, ainda nas primeiras décadas do século XVI. Warren Dean, mencionando a ideia de um “imperialismo ecológico” proposta por Alfred Crosby, pontuou

que o sucesso dos europeus nas regiões onde eles conseguiram implantar suas colônias foi devido à rápida e fácil reprodução de suas plantas, animais e parasitas, que colonizavam os ecossistemas invadidos mais efetivamente do que os próprios conquistadores⁵⁷.

Nesse sentido, conforme Donald Worster, em muitos casos as plantas exóticas “se desenvolveram excepcionalmente bem em seus novos ambientes, liberadas como tem sido dos animais herbívoros e ruminantes e das plantas competitivas que certa vez as mantiveram sob controle.”⁵⁸ Foi o caso do algodão herbáceo em Pernambuco, que teve boa adaptação tanto no Agreste como no Sertão, e se espalhou por vários municípios, de condições climáticas diversas. A cultura do algodão ainda prosperou por muitos anos, perpassando com grande vitalidade todo o século XIX.

Em 1896, o pesquisador Louis Lombard percorreu alguns espaços agrestinos e, na oportunidade, analisou uma das áreas mais úmidas da região: o planalto de Garanhuns⁵⁹. Ele destacou que, no passado, existiu ali uma grande floresta de altitude. Mas, seguindo a dinâmica e os ideais socioeconômicos brasileiros no período, grande parte da floresta foi derrubada para dar lugar a estradas de rodagem e fazendas de café.

A fotografia abaixo, tirada em 1925, além de endossar as análises do pesquisador, nos dimensiona a questão das mudanças ocorridas nas paisagens naturais daquela região no início do século XX. Nela se percebe

⁵⁷ Apud DEAN, op. cit., p. 1.

⁵⁸ WORSTER, 2002, op. cit., p.31.

⁵⁹ Esse planalto tem altitudes superiores a 750 metros, é o domo meridional do Planalto da Borborema. Cf. LOMBARD, L. Explorações geográficas e geológicas. **Revista do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano**, Recife, v. 12 n. 66.

um trecho da estrada⁶⁰ – inaugurada em outubro de 1924 – que liga a cidade de Garanhuns/PE ao antigo distrito de Brejão, margeada por espécies vegetais típicas das áreas úmidas do Agreste, como os brejos de altitude. Dos vinte e seis quilômetros de extensão da estrada, quatorze deles cortavam as matas locais, que foram devastadas para o plantio de cafezais. As principais fazendas de café do município de Garanhuns localizavam-se nessa região. Em termos de produção, a safra correspondente apenas ao distrito de Brejão, na época, atingiu vinte mil sacas⁶¹.



Trecho da estrada Garanhuns/PE – Brejão/PE, em 1925.
Fonte: Revista de Pernambuco, n. 10, 1925.

Dessa forma, o café plantado em Pernambuco erradicou extensas áreas de matas de brejo e empurrou para os locais de solo mais arenoso as

⁶⁰ Atualmente, é provável que se trate da ligação entre as rodovias BR-424 (em Garanhuns) e a PE-218, que segue até o município de Bom Conselho/PE, na fronteira com o estado de Alagoas.

⁶¹ Cf. **Revista de Pernambuco**. Recife: Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, anno II, n. 10, p. 18, 1925.

pequenas e tradicionais lavouras, como o milho, o feijão e a mandioca. O sucesso econômico da produção cafeeira agrestina não se deu por acaso:

As condições mesológicas eram bastante favoráveis nestes brejos, uma vez que a cultura era feita em vertentes relativamente altas que apresentavam condições de drenagem e aeração; os solos profundos conservavam umidade e facilitavam a fixação de raízes. O sombreamento, de uso generalizado em quase toda a região, mantinha um razoável pH de solo e atenuava a erosão⁶².

Segundo Manuel Correia de Andrade, “até a aplicação da política de erradicação dos cafezais, esta zona constituiu a principal produtora de café de Pernambuco”⁶³. A estrutura fundiária e o uso do solo no Agreste que, com a concorrência estrangeira no mercado algodoeiro, revigorou-se através da produção cafeeira, foram extremamente rentáveis para os bolsos dos fazendeiros e para os cofres públicos. Os dados da tabela seguinte se referem à produção dos três principais produtos de exportação brasileiros durante as seis primeiras décadas do século XX, ratificando a hegemonia do café.

Período	Principais produtos de exportação (Em %)				
	Total	Café (1)	Borracha	Algodão (2)	Outros (3)
1901/1910	95,2	51,3	28,2	2,1	13,6
1911/1920	84,2	52,4	11,4	2,0	18,4
1921/1930	88,5	69,6	2,5	2,4	14,0
1931/1940	77,6	50,0	1,1	14,3	12,2
1940/1950	66,6	43,2	1,1	11,3	11,0
1951/1954	82,8	63,8	0,2	9,9	9,0
1955/1960	75,3	60,0	0,1	4,5	10,7
1961/1965	67,4	50,6	0,3	7,7	8,9

Fonte: IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Em contrapartida, esse sistema produtivo, destinado principalmente aos consumidores externos, somando-se às monoculturas que sustentavam a

⁶² Cf. ANDRADE, op. cit., p. 165.

⁶³ Cf. ANDRADE, M. C. de. **Aspectos geográficos do abastecimento do Recife**. Relatório de pesquisa realizada para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do Recife, 1961.

produção industrial e os efeitos da criação de gado, conceberam a destruição de espécies nativas – e a introdução de outras – sem prever as consequências socioambientais futuras para aquela região pernambucana.